

EDITORIAL

A VIOLÊNCIA URBANA

Um fenômeno que hoje preocupa uma grande parte da população urbana, especialmente os habitantes das maiores cidades, é o da violência que nelas grassa. Esta se caracteriza pela coação, física ou moral, de uns grupos ou pessoas sobre outros (ou outras) para que realizem atos ou se comportem de um modo contrário à sua vontade. De fato, por definição, a violência é direta e consciente. O temor, por parte da maioria da população, de vir a ser constrangida física, direta e conscientemente por minorias não-dominantes, geralmente desprivilegiadas economicamente e marginalizadas social e culturalmente, gera, da parte daquela, pressões sociais para que o Estado amplie os meios de coação sobre as segundas. É uma reação legítima e plenamente justificável.

Neste editorial, entretanto, queremos nos referir não aos atos de violência propriamente ditos, mas às situações de violência em geral e àquelas outras, específicas, que nas cidades criam condições propícias para que tais atos se desencadeiem com maior intensidade. Frequentemente essas situações são menos notadas apenas pelo fato de serem institucionalizadas. Sobretudo no mundo subdesenvolvido, as populações, há muito, com elas convivem e a elas se acostumaram. Referimo-nos, por exemplo, à violência exercida pelo Estado, o qual, por dispor do monopólio legal do exercício da coação física, dela tende a abusar, sobretudo em se tratando de Estados com governos não legitimados por uma escolha democrática. Há, ainda, a violência menos visível da coação econômica exercida pelas classes dominantes, a qual produz mais mortes, acidentes, ferimentos, enfermidades e todo tipo de males físicos, morais, culturais e psíquicos do que as próprias guerras. Poder-se-ia ainda falar da coação psicológica exercida, muitas vezes, pelas próprias Igrejas organizadas sobre o conjunto dos fiéis. Essa forma de violência pode, inclusive, levar estes a coagir fisicamente os não-fiéis, de que são muitos os exemplos históricos.

Como estas situações de violência não se exercem, geralmente, de pessoa sobre pessoa, por serem institucionalizadas, são menos visíveis e, conseqüentemente, menos temidas. Na verdade, o tipo de violência, que se convencionou chamar de urbana, é tanto pessoal como impessoal. Evidentemente, a primeira é a que mais atrai a atenção e a mais assustadora, como se disse. Contudo, a impessoal, frequentemente institucionalizada, não só também é característica da vida urbana, como pode constituir um fator causal daquela outra, pessoal. Em parte, este estado de violência urbana é representado pela maior importância que os contatos secundários assumem nas relações sociais, em detrimento dos primários. De fato, nas grandes cidades, há, nas relações sociais, muitas vezes, indiferentismo e formalismo, por serem segmentárias. Ou seja, são frequentemente transitórias, referem-se apenas a uma faceta da personalidade, os que neles entram vêem o outro como um meio para um fim, suas experiências não são compartilhadas e assim por diante. Não há afeição nem simpatia mútua, embora também não haja, de modo geral, antipatia, agressão e dominação pessoais.

Podemos sentir isso nas relações com a justiça, a polícia e a burocracia em geral (por exemplo, com o fisco); nas relações professor-aluno ou médico-paciente; nas lojas e nos restaurantes; no transporte (estejamos de carro, no ônibus ou no metrô) ou simplesmente como pedestres, andando pelas ruas e calçadas das cidades grandes. Estas situações podem gerar tensões, sobretudo em pessoas socializadas em meios em que predominavam contatos primários, como é o caso de grande número de habitantes dessas cidades, migrantes da zona rural ou de pequenas e médias cidades do interior do país e que para aquelas se dirigiram em busca de melhores condições de sobrevivência econômica. Conseqüentemente, tais situações podem facilitar o surgimento, multiplicação ou intensificação dos conflitos. É que as pessoas estão acobertadas pelo anonimato e/ou situação de superioridade de que no momento gozam (por exemplo, o motorista em relação

ao pedestre desconhecido).

Este estado de coisas, entretanto, é antes facilitador e mesmo estimulador de comportamentos anti-sociais do que, propriamente, fator causal essencial. Em primeiro lugar, seria conveniente considerar a especificidade cultural da sociedade de que se trata. No caso da sociedade brasileira, por exemplo, a violência institucional e pessoal, nela, sempre foi uma constante nas relações entre classes e grupos sociais, entre membros de partidos políticos diferentes, entre homens e mulheres e mesmo entre pais e filhos. A nossa sempre foi, tradicionalmente, uma sociedade violenta. Em segundo lugar, essa disposição, por sua vez, é agravada, e muito, nos momentos de crise econômica e política. No caso da primeira (crise econômica), porque o desemprego, o subemprego (e mesmo o emprego com salários aviltados) impedem ou dificultam o acesso das pessoas aos bens e serviços que dão um mínimo de dignidade à sua vida, conforme os padrões socialmente aceitos. No caso da segunda (crise política), ou porque não há canais institucionais através dos quais a população possa manifestar seu inconformismo, alterando a condução dos negócios públicos, nos períodos em que vigem regimes anti-democráticos; ou porque os governos, em certos momentos, não suscitam confiança na população quanto às medidas que possam tomar para debelar a crise econômica. Ora, sabemos que, perdida a credibilidade, um governo terá dificuldades cada vez maiores para alterar a situação porque depende, para isso, em boa parte, daquela confiança, e esta não se recupera enquanto o estado de coisas não muda. Isto é, cria-se um círculo vicioso.

Em face do que foi dito das relações sociais vigentes nas grandes cidades, a depressão econômica acompanhada de dificuldades políticas, faz explodir uma violência existente em estado latente. Os crimes contra o patrimônio se multiplicam, a tensão social e a angústia pessoal dão mais facilmente origem a conflitos grupais e individuais, os fenômenos de patologia social (como a prostituição, a medicância e a desorganização familiar) se agravam e assim por diante. Se o estado de violência se mantém, os grupos minoritários marginais que estão realizando atos de violência podem, eles próprios, estarem sendo coagidos a tal por suas condições existenciais. Isto é, principalmente porque a política econômica é recessiva, fazendo escassear as oportunidades de emprego, cria-se a possibilidade de uma escalada da violência. Por isso mesmo é fundamental, na discussão da violência urbana, que atentemos para os fatores causais essenciais da mesma, lutando para eliminá-los. Caso contrário, correremos o risco de mantê-la, ao tomar medidas apenas contra o que são efeitos.

JOSÉ CARLOS PEREIRA

Instituto de Salud Colectiva
Universidad Nacional de Lanús